

A história dos povos sem história

Indígenas brasileiros são estudados em obra que realça o choque que representou para estes povos a chegada do colonizador português

Luiz Sérgio Dias *

Sérgio Buarque de Hollanda, no prefácio à segunda edição do seu belíssimo *Visão do Paraíso*, ressalta, a respeito da missão do historiador que ela “consiste em afugentar do presente os demônios da história”. Afugentar, no caso, pode

ser traduzido pelo enfrentamento de desafios contemporâneos. Desafio que se coloca, por exemplo, ao ingresso do no terreno dos povos sem história.

Há quase 20 anos, Henri Moniot – em ensaio na obra coletiva *História: novos problemas*, publicada pela Francisco Alves – colocou o dedo na ferida. O autor lembrava que a exclusão

daqueles povos – os sem história – do império da história era decretada “... por uma idéia adquirida: não fizeram nada de notável, nenhum produto durável, antes da chegada dos brancos e da civilização...” – a selvageria anônima e bronca, um dos estereótipos justificadores do *fardo do homem branco*.”

Nada de notável, nada de durável! Eis, de maneira sintetizada, os princípios básicos para a exclusão de determinados povos da história construída no Ocidente. A inexistência de documentos escritos, por exemplo, é fator importante, a partir dessa perspectiva excludente, para colocar muitos povos à margem da história.

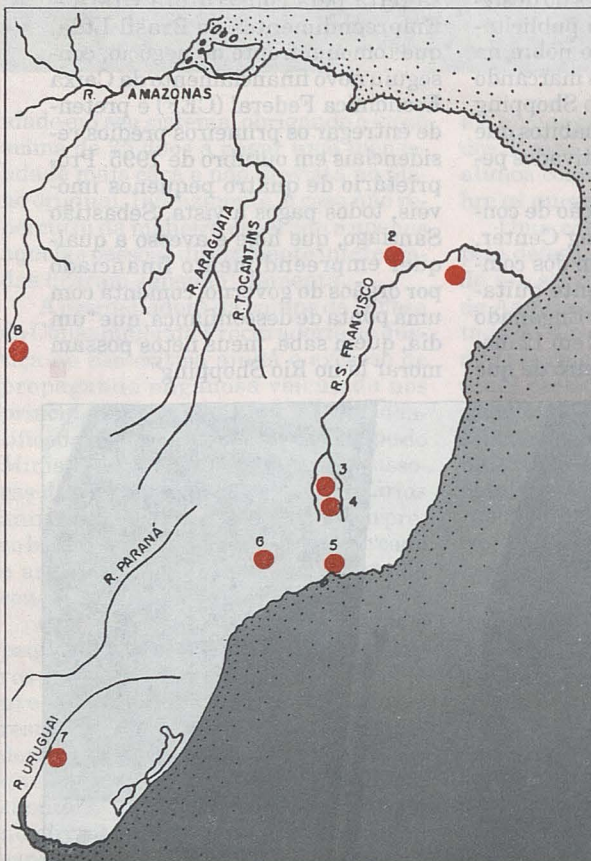
A *História Pré-Colonial do Brasil* (Editora Europa, 1994, 248 páginas, uma obra de vários autores coordenada por Ivan Alves Filho) se debruça justamente sobre os povos que aqui viviam antes da chegada dos portugueses.

Mas o que representaria de vantajoso ou de positivo para os povos sem história, passar a fazer parte dela? Voltando a Buarque de Hollanda, isso poderia representar um trunfo para que alguns demônios do presente fossem capturados.

No caso específico da História do Brasil alguns desses demônios têm sido, se não afugentados, pelo menos enfrentados. Um exemplo convincente, nesse particular, pode ser visto no enriquecimento dos estudos históricos sobre a participação do negro no país, tanto no mundo acadêmico, quanto fora dele. Esses estudos têm ressaltado, inclusive, a constituição de um leque ideológico diversificado, circunstância que se caracteriza pela importância assumida pelos trabalhos de Jacob Gorender, responsável por um resgate do materialismo histórico depurado das marcas maniqueístas.

Mais do que uma releitura daquilo que alguns teimam em denominar simplesmente de papel do negro na sociedade brasileira, esse mergulho no passado – não só brasileiro, mas também das civilizações africanas – reflete uma gama considerável de transformações operadas internacionalmente desde a Segunda Guerra Mundial. Transformações essas que, de qualquer modo, abriram espaço para maior representação do negro na realidade, uma redução da ocultação que sofria por força da longa escravização que lhe foi imposta.

O complexo processo de descolonização, mesmo que tenha satisfeito a interesses neocolonialistas, concedeu um espaço político significativo a lideranças negras no âmbito mundial. A par disso, a aceleração do crescimento do capitalismo – *modernizante* e socialmente discriminador – aprofundou as diferenças regionais e sociais. A partir do progressivo desgaste do autoritarismo militar, tais diferenças passaram a



Locais onde a ocupação humana tem mais de 12.000 anos: 1- Central (BA); 2- São Raimundo Nonato (PI); 3- Serra do Cipó (MG); 4- Pedro Leopoldo (MG); 5- Itaboraí (RJ); 6- Rio Claro (SP); 7- Ibicuí Phase (RG); 8- Complexo Dourado (MT e RO)



Os antigos brasileiros vistos pelo estrangeiro: desenho dos tupinambás no livro 'Viagem à Terra do Brasil', de Jean de Léry. Nossos ancestrais vistos por si mesmos: estilo Cariri Velho do Sítio Pedra Redonda



ser manifestadas mais intensamente, ganhando espaços e autorizando agentes sociais os mais diversos.

Assim, tais agentes, coletiva ou individualmente, criaram algumas condições favoráveis à veiculação de temas relacionados com a população negra brasileira. Disso resultou uma aproximação entre racismo, miséria e humilhação, entre outros temas, apontando para um traço comum: a escravidão.

No que diz respeito à questão indígena, sua compreensão como base teórica para enfrentamento de um demônio presente na história brasileira deve seguir um caminho distinto daquele trilhado pela questão negra. A população indígena não possui peso específico no conjunto demográfico do país; ao contrário, sua tendência é a progressiva redução. Tal situação dificulta uma apro-

América na Europa

Os nativos americanos contribuíram tanto ou mais para a evolução da Europa do que os próprios europeus que vieram para cá

Aldo Gamboa *

Rudes, pouco educados, hábeis navegadores, cegos não tanto pela imortalidade mas sim pela cobiça, os europeus que se encontraram com a América e a conquistaram militar e culturalmente eram o esboço não terminado do que haveria de ser o primeiro homem universal, o do Renascimento. Mas, apesar de sua tendência universalizadora, os espanhóis, portugueses, holandeses e franceses que ancoraram nas areias deste continente eram seres que ainda se debatiam na escuridão para sair da longa noite da Idade Média e carregavam dentro de si as características do seu tempo, suas virtudes e limitações.

A fúria conquistadora, que reduziu drasticamente a população dessa terra, pode ser entendida – já que não justificada – pelas circunstâncias históricas que moviam o homem europeu do século XVI. Uma vasta literatura, enormes compêndios de ciência astronômica, códices de conteúdo religioso, sacerdotes e templos, nada escapou à metódica e disciplinada ação destruidora. Incapazes de transferir para a América modos de produção aplicados na Europa – onde esses próprios modos estavam em transformação – a saída encontrada pelos agentes da conquista foi a rapina, à qual se dedicaram com exemplar aplicação.

Mas apesar de tão devastador esforço, muito ainda resta na América atual da vida e cultura de seus habi-

tantes primigênicos, embora sua teimosa permanência só seja reconhecida pelo olhar do historiador, do antropólogo ou do descendente direto. E o esforço para imaginar como seria esta terra se os europeus não tivessem chegado – uma espécie de previsão do passado – seria não só em vão, como arriscado.

Mas se é verdade que esta terra se transformou brutalemente com a conquista, também não se pode ignorar que a Europa sofreu uma mudança não menos importante, que modificou todos os aspectos da vida cotidiana, desde a ciência astronômica até a culinária, desde a sua evolução econômica até o próprio pensamento social. O esclerosado aristotelismo da Idade Média desmoronou sem apelação e a ciência moderna estabeleceu suas raízes mais universais e revolucionárias. Assim, as transformações que mudaram para sempre a face da Europa nos séculos XVI e XVII foram também uma obra americana. Desconhecendo a arma de fogo, instrumentos de ferro e a arte da navegação em alto-mar, os habitantes americanos contribuíram tanto ou mais para a evolução da Europa que os próprios homens que chegaram a estas terras em busca das Índias.

* Extraído do artigo *América na Europa: um jogo de espelhos partidos*, publicado no livro *História Pré-Colonial do Brasil*

ximação com uma possível problemática indígena na América Latina, em particular fundamentada em sociedades como a mexicana e a peruana, onde a tradição cultural das populações nativas é enorme.

Ao mesmo tempo, o aprofundamento do conhecimento da temática indígena no país desfruta de uma condição singular: ele tem se nutrido muito mais das práticas teóricas da etnologia e da antropologia. As avaliações históricas praticamente se esvaziam a partir do estudo a respeito do século XVI. Catequese católica, resistência nativa e dizimação pela violência e por doenças representam os principais assuntos a merecer atenção dos estudiosos, particularmente por muitos dos que se dedicam às grandes construções históricas brasileiras.

Em alguns casos, o bandeirantismo e a destruição dos aldeamentos jesuítos, no século XVII, são articulados ao mecanismo histórico do genocídio indígena no Brasil. Esses assuntos, com uma certa ponta de exagero, representam o momento de corte ou de passagem de uma condição de objeto da violência colonial, vivida pelo indígena, para uma posição de ocultação. Ocultação que, diferentemente daquela sofrida pelo negro, é acentuada pela tendência ao seu desaparecimento físico.

A obra coletiva *História Pré-Colonial do Brasil* propõe-se a um verdadeiro trabalho de Hércules, na medida em que, por princípio, pretende contestar a dicotomia, já clássica, entre o mundo existente à chegada do colonizador e aquele que passa a ser construído pelos interesses em expansão no Ocidente naquela conjuntura histórica. A obra pretende aprofundar as discussões a respeito do mundo destruído pelo colonizador, tentando ampliar o conhecimento para além das narrativas – importantes sem dúvida – de viajantes, religiosos e autoridades colonizadoras.

Segundo Ivan Alves Filho, “é forçoso questionar igualmente a idéia de que a História seria um privilégio daquelas sociedades organizadas em Estado ou estratificadas em classes sociais antagônicas...”.

Essa intenção original da obra aponta para dois objetivos teóricos: a valorização do materialismo histórico e, secundariamente, a preocupação em ajustar um conjunto de trabalhos diver-



Nas classes populares brasileiras, encontram-se vestígios da adaptação ecológica ameríndia. A presença de nossos ancestrais está nos nomes de rios, árvores, bichos e lugares

sificados a um tema específico, evitando que ela – a obra – se reduza a uma migalha esparsa no conjunto da historiografia brasileira.

Quatorze autores, compreendendo historiadores, pesquisadores, antropólogos, um lingüista, um arqueólogo e um jornalista, em sua maioria ligados a universidade, escreveram o livro. Nele predominam ensaios, sendo que a única entrevista expõe algumas idéias de Claude Lévi-Strauss a respeito de relações entre etnologia e arte.

A primeira parte reúne dados a respeito da existência pré-colonial dos nativos brasileiros. As demonstrações do trabalho de campo em diferentes regiões brasileiras ganham uma conotação didática – presente em toda a extensão do livro – fundamental para a reprodução hipotética do mundo destruído.

A preocupação didática permitiu não só o equilíbrio na demonstração do conjunto dos ensaios, como também a caracterização da passagem para a conjuntura marcada pelo impacto da chegada violenta do colonizador português.

Esse compartimento do trabalho não pode ser reduzido ao aprofundamento da tradicional crônica da destruição do mundo indígena, a par da instituição dos fundamentos da dominação colonial branca.

O ensaio *Descobrimto do Brasil*, de autoria de Francisco Carlos, provavelmente o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, contribui para aprofundar a discussão em torno das visões que os europeus possuíam a respeito da terra ocupada. Após analisar as razões da expansão mercantil e marítima portuguesa, o autor procurou informar sobre as concepções paradisiacas construídas pelo outro: o branco colonizador.

Técnicas agrícolas e instrumentos de trabalho indígena, de salete neme, é um trabalho em que as particularidades técnicas da economia de subsistência indígena servem para caracterizar os primeiros momentos das relações interétnicas entre portugueses e nativos.

Coube a John Manuel Monteiro penetrar no tempo e no espaço de maneira mais profunda. No tempo, pelo fato de avançar até o século XVII, e no espaço pela circunstância de fazer com que o leitor viaje da inexpressiva São Vicente ao remoto sertão, acompanhando as

Cultura indígena e identidade nacional

Quem eram os habitantes do Brasil na época em que aqui chegaram os portugueses

Berta G. Ribeiro *

Em 1500, habitavam a costa brasileira vários grupos tupinambás, filiados ao tronco lingüístico tupi-guarani. Ocupavam todo o litoral atlântico, exceto alguns pontos onde permaneciam tribos de tronco jê, então chamados tapuia, que teriam sido deslocados para o interior pelos tupis. Viviam em aldeias de 500 a 2.000 pessoas. Habitavam aldeias agrícolas indiferenciadas, no sentido de não divididas em classes econômicas.

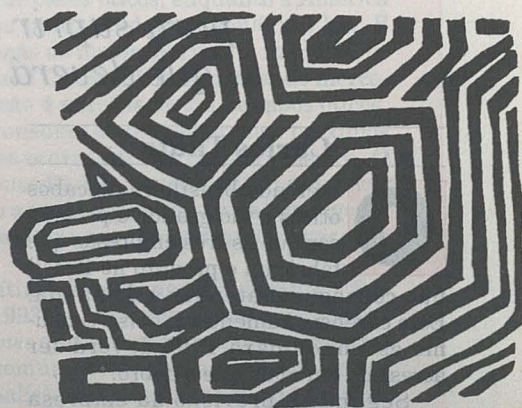
Os modos de vida e a organização sócio-política eram regulados, basicamente, pelo meio ambiente. Em função disso, foram classificados como tribos silvícola-canoeiros, que viviam no litoral ou ao longo dos cursos d'água (os de fala tupi, aruaque, tucano e outros); campestres, habitantes dos cerrados do Brasil central (tronco lingüístico jê e macro-jê) e silvícola-interioranos, que ocupavam áreas florestais afastadas dos grandes rios, a exemplo dos índios macus e ianomâmis.

Uma característica do estágio tribal em que se encontravam os índios do Brasil à época da invasão europeia – que ainda prevalece pela natureza intrínseca desse estágio – é sua grande atomização e a ausência de uma estrutura política centralizadora. Existiam 1.400 etnias tribais no Brasil e regiões limítrofes, que falavam línguas pertencentes a 40 troncos, equivalentes ao indo-europeu. A essa pulverização lingüística correspondeu uma singularização tribal e uma população muito mais numerosa do que se supunha inicialmente. Assim, as estimativas clássicas de um milhão de habitantes para o Brasil de 1500 começam a ser revistas, triplicando e até quintuplicando esse montante.

Característica remarcável das culturas indígenas era – e continua sendo – a auto-suficiência do nível da família, do clã ou da tribo. O cultivo associado à coleta, caça e pesca proporcionava o alimento necessário mesmo em períodos de carência. A produção artesanal de cerâmica, cestaria, tecidos, armas de caça e pesca, a construção de abrigos, abertura e reparo de caminhos – tudo produzido autonomamente – conferia uma segurança básica à comunidade quanto ao provimento da subsistência. Pequena era a produção de excedentes, geralmente para festas e trocas sociais, inexistindo praticamente a acumulação, mesmo porque os mortos eram enterrados com seus haveres ou tinham seus bens destruídos. Todos se capacitavam, desde a infância, para as tarefas que iriam exercer depois de adultos. O caráter anárquico e não-acumulativo, a propriedade coletiva da terra e dos recursos naturais, peculiares às culturas tribais, foram tidos como arcaísmos pela mentalidade mercantil do colonizador.

* Extraído do artigo *Cultura indígena e identidade nacional*, do livro *História Pré-Colonial do Brasil*

Estilo geométrico elaborado.
Sítio Pedra do Letreiro (PE)



Na primeira metade deste século, 87 tribos das 230 existentes foram exterminadas. Mas a cultura rústica brasileira persiste nos alimentos, nos hábitos e na organização do trabalho, a exemplo do mutirão, palavra de origem tupi

Uma avaliação dos reflexos no campo lingüístico do primeiro século de colonização é objeto do estudo da lingüista Maria Carlota Rosa. Sua especificidade prova que o conhecimento particularizado pode ser válido desde que compreendido como peça de uma engrenagem orientada teoricamente.

A entrevista concedida por Claude Lévi-Strauss pode ser considerada o toque de classe de todo o trabalho. De sua leitura é possível depreender-se que a finura e a precisão do pensador francês valorizam, com extrema suavidade, a importância das criações artísticas em qualquer sociedade.

O fecho da *História Pré-Colonial do Brasil* é um balanço do legado do relacionamento imposto pela colonização. Não representa um testamento negativo, uma avaliação de um espólio deixado pela exploração e pela brutalidade, mas basicamente uma declaração de esperança no homem brasileiro; homem brasileiro entendido em suas particularidades, regionalismos e diferentes posições étnicas e culturais. ■

Luiz Sérgio Dias é professor de História e Mestre pela UFRJ